

SARANGI, Srikant & Malcom COULTHARD (eds.) 2000: *Discourse and Social Life*. London: Longman.

Resenhado por/by: Marlene VIEGAS
(Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

Palavras-chave: *Discurso como prática social; Socialização; Análise (Crítica) do Discurso*

Key-words: *Discourse as social life; Socialisation; (Critical) discourse analysis*

Discourse and Social Life é composto por quinze capítulos, aparentemente independentes e, segundo os editores – Sarangi e Coulthard –, distribuídos de forma mais ou menos aleatória e sem que haja uma estratégia de leitura, permitindo, assim, que o leitor vagueie pelos capítulos, procure interstícios entre as matérias e, ao discordar da posição de alguns autores por identificação com a de outros, teça a sua própria rede de relações entre os textos. Foi precisamente com esta postura que se pretendeu conceptualizar os conceitos fundamentais do livro, procurando traçar paralelos entre as várias contribuições.

A obra inicia-se com uma introdução da autoria dos editores, na qual é definido o tópico de investigação (i.e., a visão do discurso como prática social) e se apresenta um resumo das intervenções de cada um dos participantes, realçando o equilíbrio existente entre as análises micro e macro-linguísticas apresentadas e apontando pistas para uma redefinição da noção de discurso.

Ao longo do livro a noção de **socialização** surge frequentemente, mas a sua referência é mais explícita nos textos de Ruqaiya Hasan (cap.2), de Celia Roberts (cap.6) e de Greg Myers (cap.7). Para estes estudiosos a socialização pelo uso da língua é central para a análise linguística.

Motivada por princípios teóricos sistémico-funcionais, Hasan argumenta que as *mudanças con/textuais*, quando sustentadas por ligações coesivas, são exemplos de exercícios de controlo discursivo e de manifestação de poder na interação entre pais e filhos. Estas mudanças são definidas tendo em conta a inserção de sub-textos que se fundem no contínuo do texto ‘principal’ e que obrigam a uma *reclassificação* da situação discursiva. O objectivo é, então, perceber o modo como as crianças aprendem a lidar com as mudanças con/textuais e, conseqüentemente, como é feita a aprendizagem e integração social da criança no decurso do seu desenvolvimento. Refira-se, a propósito

da relação entre pais e filhos, o que Nikolas e Justine Coupland (cap.12) concluem acerca da presença dos filhos junto dos pais em consultas geriátricas. Esta presença é entendida não só como uma ameaça ao suporte ideológico das clínicas de geriatria (comprometidas em respeitar a autonomia do paciente), como também torna intrincado o quadro relacional em que se insere o discurso médico no processo de atribuição de direitos e responsabilidades. É curioso observar como os papéis sociais de quem exerce o controlo e de quem possui o poder se invertem de pais para filhos ao longo dos anos.

Também informada pela ideia de socialização, Celia Roberts analisa as entrevistas a que são submetidos os médicos de família candidatos ao *Royal College of General Practitioners*. Neste caso em particular, as entrevistas feitas aos médicos de família por outros colegas de profissão permitem analisar como a exclusão social e institucional é consequência óbvia da utilização dos mesmos padrões avaliativos de reciprocidade comunicativa para entrevistar quer os candidatos que partilham com os examinadores a cultura dominante, quer os candidatos pertencentes a minorias étnicas. A discriminação surge quando não há uma comunhão absoluta de ideologias e de valores culturais entre examinadores e examinados, numa sociedade que, paradoxalmente, se pretende multicultural.

Greg Myers, por sua vez, procura perceber como é que a socialização emerge nas conversas entre os vários membros de um *'focus group'*. Os *'focus groups'* por ele estudados são artificialmente compostos por pessoas propositadamente reunidas num mesmo contexto situacional, com o objectivo particular de se estudar as estruturas de conversação. Nestes casos, a socialização emerge do contacto temporário do grupo como comunidade social. Os textos de Myers e Roberts parecem estabelecer, assim, uma conexão lógica entre o desconforto na interacção e a exclusão social e institucional, permitindo ao leitor perceber a construção discursiva e social da diferença.

O texto de Robert B. Kaplan (cap. 5) também se refere à existência de quebras ou dificuldades na interacção provocadas pelas diferenças culturais. A partir de uma fusão metodológica que articula o conceito de *'Contrastive Rhetoric'* com a disciplina de análise do discurso, e recorrendo ainda ao trabalho desenvolvido por Halliday e Hasan em *Cohesion in English* (1976), Kaplan apresenta um conjunto de questões, relacionadas com o núcleo de propriedades contextuais (vd. p. 92), que só poderão ser correctamente respondidas quando ultrapassadas e compreendidas as barreiras culturais que enformam e delimitam o texto. Percebe-se, então, que diferentes padrões de realização textual são originados por diferenças culturais nos sistemas linguísticos dos falantes. A noção de **contexto** surge aqui (assim como nos textos de Hasan e Sarangi) como produto e produtor cultural e como elemento de maior relevo no estudo da linguagem em uso.

Outro conceito igualmente importante nesta obra é o de **hibridez interactiva**. Logo no primeiro capítulo, Srikant Sarangi aborda a análise do discurso a partir de duas noções fundamentais – *tipo de actividade* e *tipo de discurso* –, cuja sobreposição ou encaixe é visível, sobretudo, nas consultas de aconselhamento médico (considerado como sendo, simultaneamente, um tipo de actividade e um tipo de discurso) na área da genética. Assim, o mesmo tipo de discurso pode surgir no domínio de diversos tipos de actividade. A partir desta sua análise, o autor conclui que a hibridez é um conceito fundamental no estudo de rotinas de interacção. Ruqaiya Hasan (cap.2) partilha com Sarangi a opinião de que a hibridez (i.e., a combinação de diferentes discursos num único e complexo discurso) é uma propriedade subjacente à interacção verbal, sobretudo quando nela se revelam assimetrias de poder. A este respeito, veja-se também a ligação entre a distribuição do poder e a construção discursiva das intenções patente no texto de Theo van Leeuwen (cap.4), ou ainda os relatos de encontros entre enfermeiras e pacientes apresentados por Sally Candlin (cap.13), em que, mais uma vez, ter o controlo do discurso é uma forma de restringir as opções do outro. Neste último caso, e apesar do profícuo, porém aparente, emposse do paciente e de uma democratização de papéis apenas sugerida, a verdade é que a hibridez discursiva nada mais faz do que atenuar o poder e a autoridade personificados na figura da enfermeira.

O entendimento do discurso como prática social, pressupõe também um debate de ideias sobre o **registo oral** e o **registo escrito**. Geoffrey Leech (cap.3), por exemplo, reflecte sobre a necessidade de existirem ou não modelos de descrição gramatical diferentes para a análise de textos orais e escritos. Na sua função de linguista de *corpus*, Leech propõe a análise de *corpora* que sejam representativos quer do registo oral quer do registo escrito, de modo a que, através dos mesmos instrumentos de análise descritiva, se possam perceber as diferenças entre a gramática da linguagem oral e a gramática da linguagem escrita, no que concerne a distribuição, numa espécie de ‘mapa de frequências’, das suas características lexicais e sintácticas. Este capítulo é, de facto, nuclear no livro e apresenta uma força quase centrípeta perante a variedade de análises de dados orais (vd. Candlin, Coupland/ Coupland, Hasan, Maley, Roberts e Sarangi) e escritos (vd. Fairclough, Widdowson, Wodak e van Leeuwen).

Aliás, a questão da linguagem oral e da linguagem escrita é também relevante nos estudos de Ruth Wodak (cap.11) e Yon Maley (cap.14), particularmente no que se refere à **recontextualização**. Wodak apresenta um conjunto de quatro instrumentos linguísticos (adição, elisão, substituição e mudança) que permitem a recontextualização linguística – ou seja, a passagem da oralidade para a escrita e vice-versa – de dados retirados de reuniões da

União Europeia sobre políticas do emprego. Maley, por outro lado, revela as estratégias forenses que os advogados empregam (e.g., a reiteração e a reformulação selectiva) para que os testemunhos de *'expert witnesses'* sirvam os seus propósitos, quer pela valorização das opiniões e provas destes, quer pela destruição da sua credibilidade. Em ambos os casos, quer a nível oral, quer a nível escrito, recorre-se a processos de recontextualização que alteram, durante a sua acção, as características lexicais e sintácticas dos enunciados originais. Na verdade, a linguagem é exposta a novos contextos que obrigam à sua reformulação estrutural.

Ao longo de *Discourse and Social Life*, os vários participantes vão apresentado uma pluralidade de ferramentas analíticas de auxílio à análise de discurso. É precisamente isto que Malcom Coulthard (cap.15) faz ao apresentar novas técnicas linguísticas que permitem a determinação da autoria de textos e a identificação de plágios. Também Theo van Leeuwen (cap.4) expõe no seu texto uma *'grammar of purpose'* com a qual pretende descrever os recursos da língua inglesa que permitem a construção discursiva, a interpretação e a negociação de intenções nas práticas sociais. Conclui, então, que a acção social não é intrinsecamente intencional mas discursivamente construída. Van Leeuwen termina o capítulo demonstrando a aplicação desta gramática à Análise Crítica do Discurso (ACD).

Contrariamente a quem procura colmatar as falhas da ACD, propondo alternativas analíticas, há quem procure apenas descortinar essas falhas. É o que faz Henry Widdowson (cap.9) ao criticar esta disciplina, baseando-se, sobretudo, no tipo de micro-análise interpretativa aplicada aos textos, em que o analista assume o lugar de leitor privilegiado que, não apresentando uma metodologia que justifique a sua análise, assume insistentemente uma posição interpretativa de não-cooperação. Neste aspecto particular, o discurso de Widdowson aproxima-se do de Ruth Wodak (que assume uma postura crítica relativamente à ACD, argumentando a favor de uma abordagem analítica e interdisciplinar mais sóbria e abrangente), enquanto, simultaneamente, faculta aos leitores o enquadramento linguístico do texto de Norman Fairclough. Este teórico e defensor da ACD apresenta no capítulo décimo um conjunto de soluções necessárias para permitir a interacção e o diálogo democráticos, no seio dos discursos governativo e político. Pode perceber-se pela sua análise que, à semelhança do que acontecia na apresentação de Maley, a recontextualização das contribuições políticas pode ser usada com a finalidade de dar uma interpretação errónea às verdadeiras intenções do locutor.

Neste contexto de divergência axiomática, e seguindo as tendências de Coulthard e van Leeuwen, o capítulo de Ron Scollon (cap. 8) apresenta-se

como uma solução medianeira. A sua proposta de introduzir o entendimento etnográfico como um aspecto a ter em conta na análise do discurso contribui para a atenuação da ‘*unfinalisability*’ bakhtiniana (vd. p. 142) de todo o estudo discursivo. Scollon aproxima-se, assim, de Roberts, Kaplan e Leech porque, tal como eles, acredita nos objectivos práticos que a descrição linguística pode alcançar.

Da leitura dos vários capítulos, percebe-se que o conceito de discurso, para além de polissémico, é plural, sendo pois mais correcto falar de discursos. O trabalho desta ‘comunidade’ de analistas e estudiosos constitui, assim, uma contribuição extremamente multifera para a definição da interdisciplinaridade do discurso como prática social, permitindo que o variado leque de análises dêem ao leitor uma visão abrangente e actual dos tipos de investigação que estão a ser desenvolvidos no âmbito dos estudos discursivos.